Entenda efeitos da Lei Magnitsky para ministro

Instituições brasileiras evitarão problemas internacionais

Rosinei Coutinho/STF

Lei Magnitsky pode gerar grande dor de cabeça para Alexandre de Moraes

Por Karoline Cavalcante

Os resultados da aplicação da Lei Magnitsky contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, pelo governo do ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (Republicano), podem ter desdobramentos mais graves do que os aparentes. Sancionada em 2016, a legislação foi criada nos EUA para punir violações graves de direitos humanos e casos de corrupção significativa. A inclusão de um indivíduo nessa lista implica, além da revogação do visto e da proibição de entrada em território norte-americano, a restrição de transações com pessoas físicas e jurídicas sediadas nos país norte-americano.

Isso inclui o bloqueio de acesso a serviços financeiros vinculados a bandeiras como Visa, Mastercard e American Express. O impacto também pode se estender ao ambiente digital, já que grandes empresas de tecnologia — como Google, Apple, Meta, Microsoft e Amazon — estão sujeitas à legislação americana e podem restringir ou suspender o uso de serviços como e-mails, redes sociais, armazenamento em nuvem e licenças de software.

Solo nacional

Apesar do peso internacional da medida, ela não possui efeito automático no Brasil, que tem suas próprias leis e regulações. Mas as empresas podem aplicar as restrições com medo de sanções nos EUA. O Correio da Manhã ouviu especialistas para avaliar os desdobramentos legais do caso. Segundo a advogada Daniela Vlavianos, sócia do Poli Advogados & Associados, as sanções "não produzem efeitos automáticos no território brasileiro". Ela destaca que, para que restrições externas tenham validade no país, seria necessário um "decreto presidencial ou tratado internacional devidamente internalizado".

Vlavianos também observa que o Código de Defesa do Consumidor não impede, por si só, a aplicação da Lei Magnitsky em solo nacional, uma vez que trata exclusivamente das relações de consumo. No entanto, ela alerta que se uma empresa brasileira recusar atendimento a um consumidor nacional com base em sanções estrangeiras sem respaldo legal interno, a conduta pode ser considerada abusiva ou discriminatória, sujeita à responsabilização civil. "A Constituição Federal reforça essa limitação, ao estabelecer que restrições de direitos fundamentais somente podem ocorrer com base em lei formal e mediante devido processo legal", explicou.

A advogada enfatiza ainda que a medida tem natureza administrativa e caráter extraterritorial restrito. "A Lei Magnitsky não equivale a uma condenação penal, mas a uma sanção administrativa com efeitos extraterritoriais restritos. Ela tem potencial de causar constrangimentos diplomáticos e econômicos, mas não impõe diretamente nenhuma restrição dentro do Brasil. Qualquer medida restritiva contra um cidadão brasileiro dentro do território nacional deve observar os princípios constitucionais do devido processo legal, da legalidade e da ampla defesa. A aplicação automática de medidas unilaterais estrangeiras sem respaldo jurídico nacional configuraria violação da soberania e do ordenamento jurídico brasileiro", afirmou.

Situação complicada

No entanto, a advogada especialista em direito internacional Hanna Gomes, explica que mesmo que as empresas brasileiras não possuam a obrigação de atender à lei norte-americana, ficam em uma situação complicada e sujeitas a "sanções secundárias". Ou seja, caso, por exemplo, o Banco do Brasil — que realiza operações em dólar, como investimentos, liquidações e aplicações financeiras, além de possuir filiais nos Estados Unidos —, não atendam às determinações da Casa Branca podem sofrer sanções nos EUA. Até mesmo a Caixa Econômica Federal, que possui maior independência em relação à dolarização, também mantém relações com a moeda norte-americana.

"Essas sanções poderiam afetar as operações em dólar dos bancos, incluindo o bloqueio de investimentos e relações comerciais nos Estados Unidos. E empresas americanas poderiam ser instruídas a romper vínculos".

Partido Liberal expulsa deputado por defender Moraes

Renato Araújo/Câmara dos Deputados

Rodrigues está no PL desde 1990, seu único partido

Por Karoline Cavalcante

O presidente do Partido Liberal (PL), Valdemar Costa Neto, anunciou nesta quinta-feira (31) a expulsão do deputado federal Antônio Carlos Rodrigues (PL-SP) da sigla. A decisão foi tomada após o parlamentar sair em defesa do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, elogiando sua atuação e criticando a postura do governo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (Republicano), que incluiu o magistrado na lista de sanções da Lei Magnitsky.

As declarações do parlamentar evidenciaram um crescente desconforto com os rumos do partido. Em recente entrevista ao UOL, ele também criticou a atuação do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), — filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) — que está licenciado do mandato desde março e atualmente vive nos Estados Unidos. Eduardo tem articulado ações contra autoridades brasileiras no exterior sob a justificativa de denunciar violações de direitos humanos. "Acho que o Eduardo tem que ter mais atitude de parlamentar e menos atitude de filho", afirmou Antônio Carlos.

Expulsão

Diante das declarações públicas, Valdemar Costa Neto oficializou a expulsão, alegando forte pressão da bancada. "Nossos parlamentares entendem que atacar o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, é uma ignorância sem tamanho. Trump é o presidente do país mais forte do mundo. O que precisamos é de diplomacia e de diálogo, não de populismo barato, que só atrapalha o desenvolvimento da nossa nação. Chega de arrumar confusão. Temos que arrumar o Brasil", disse o dirigente.

Apesar do anúncio, Antônio Carlos Rodrigues afirmou que ainda não foi oficialmente notificado. "Fui surpreendido por notícias na imprensa sobre minha suposta expulsão do Partido Liberal. Até o momento, não recebi nenhum comunicado oficial e sigo no aguardo de uma manifestação formal do partido, como é de direito. O PL sempre foi o único partido da minha vida. Nunca mudei de sigla. Sempre atuei com lealdade, respeito e coerência. As posições que manifestei recentemente foram fruto do exercício legítimo do mandato que me foi confiado pelo povo", disse, em nota enviada à imprensa. Rodrigues está filiado ao PL desde 1990 e já exerceu os cargos de vereador, senador e ministro dos Transportes durante o governo Dilma Rousseff (PT).

Ideologia partidária

Para o cientista político Isaac Jordão, a expulsão reflete a guinada do PL em direção ao radicalismo ideológico. "Valdemar mais uma vez deixa os arrivistas tomarem conta da direção do partido em detrimento dos membros históricos. Essa atitude mostra que a prioridade número zero é repetir o sucesso eleitoral do PL nas eleições de 2026 e garantir que o fundo partidário (aproximadamente R$ 16 milhões por mês) continue sendo pago e que o Brasil está em segundo plano", afirmou. "Além disso, demonstra que o PL está contaminado por uma disposição servil que reage se ajoelhando a interesses estrangeiros primeiro e pensando no próprio país só depois", acrescentou.

Já o cientista político André Rosa vê a decisão sob uma ótica estratégica. Segundo ele, o partido tenta manter uma linha de coesão interna diante de um cenário político instável. "Consideremos a seguinte hipótese: se, neste momento, a base governista, ou mesmo um deputado influente do Partido dos Trabalhadores, defendesse as políticas de tarifas de Donald Trump. A questão seria a mesma".

Rosa conclui que a fidelidade partidária está no centro da decisão.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Lula e o desafio da baixa classe média

Planalto aposta em isenção para dobrar resistentes

O Palácio do Planalto confia na aprovação da isenção de imposto de renda de quem recebe até R$ 5 mil para tentar melhorar sua popularidade num segmento muito crítico, o de pessoas de renda familiar mensal até este limite. A nova pesquisa Atlas/Bloomberg revelou que, apesar da melhora de sua avaliação, o governo continua sendo desaprovado pela maioria de brasileiros cujas famílias recebem entre R$ 2 mil e R$ 5 mil (a rejeição é de 56,4% na renda de até R$ 3 mil e de 56,1% na faixa seguinte).

Neste grupo, com renda que varia entre R$ 3 mil e R$ 5 mil, a desaprovação subiu (era de 46,4% em junho) e a aprovação caiu, de 52,8% para R$ 43,9%). No universo dos que ganham até R$ 2 mil, a aprovação cresceu de 40,4% para 50,9%

Ricos

Realizada entre os dias 25 e 28, depois, portanto, do anúncio da sobretaxa decretada pelo governo dos Estados Unidos sobre produtos brasileiros, a pesquisa mostrou que a avaliação melhorou nas faixas de rendas mais altas — nestas, já havia aprovação ao governo.

Mais de R$ 10 mil

Entre os de renda familiar entre R$ 5 mil e R$ 10 mil, o índice positivo passou de 52% para 57,1%. No grupo dos que ganham acima, a aprovação era de 54% e passou para 60,2%. A baixa classe média, onde estão muitos pequenos empreendedores, é o grande desafio do governo.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Arthur Lira (PP-AL), relator do projeto de isenção

Pesquisa mostra aumento de aprovação da medida

Um outro dado da pesquisa reforça a expectativa do Planalto: em julho, aumentou ainda mais — de 77% para 81% — o índice de brasileiros que consideram certa a isenção de IR para os que recebem até R$ 5 mil.

Caso aprovado pelo Congresso Nacional — deverá passar sem dificuldades —, o projeto também concederá vantagens fiscais para ganhos entre este valor e R$ 7 mil.

Outra boa notícia, ainda que indireta, para Lula. A versão argentina da mesma pesquisa mostra que a reprovação do governo de Javier Milei ficou maior que a aprovação — 47,8% contra 45,1%. Em junho, havia um empate, 44,3% a favor; 44,1%, contra).

Pulverização

A reação da família Bolsonaro complica os políticos de direita que defendem uma alternativa aventada pelo próprio ex-presidente: o lançamento de diversas candidaturas conservadoras. O mais bem colocado ganharia os votos dos demais no segundo turno, contra Lula.

Sem rumo

O problema todo é saber se Jair Bolsonaro vai insistir na presença de um parente como candidato a vice ou se baterá pé para que um filho ou a mulher, Michelle, fique com a cabeça de chapa. "Ele é imprevisível", lamenta um aliado, que prefere esperar para ver.

Ganha-ganha

Os três governadores de direita que se lançaram pré-candidatos estão em segundo mandato e não poderão disputar a reeleição. Isso facilita a entrada deles — Ratinho Júnior (PR), Romeu Zema (MG) e Ronaldo Caiado (GO) — na briga presidencial. Têm menos a perder.

Ponte aérea

Bolsonaro quer estar presente, domingo, em dois dos atos convocados por simpatizantes em prol da anistia, previstos para ocorrer em todo o país. As cidades escolhidas são previsíveis — São Paulo e Rio, as duas maiores. No PL, alguns temem um novo fiasco de público.